



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM OLHAR DISCENTE SOBRE A RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA

Brunela Da Vitória Dé Nardi¹

Resumo: O presente trabalho se refere à experiência do estágio supervisionado na assistência estudantil, sob o crivo do olhar discente, a partir do esforço reflexivo de tecer as mediações entre teoria e prática, que é o princípio norteador das relações estabelecidas entre trabalho profissional, estágio supervisionado e assistência estudantil como campo de trabalho.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Serviço Social, Teoria-Prática, Assistência Estudantil.

Abstract: This work refers to the experience of the supervised internship in student assistance, based on the reflective effort to weave the mediations between theory and practice, which is the guiding principle of the relationships established between professional work, supervised internship and student assistance the field of work.

Keywords: Supervised Internship, Social Work, Theory-Practice, Student Assistance.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência do estágio supervisionado em Serviço Social na Assistência Estudantil, vivenciada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) - *Campus* Vitória, desde o início do primeiro semestre letivo de 2018. Além disso, busca-se construir algumas considerações acerca da relação teoria e prática nesse campo de estágio específico. Outro objetivo corresponde à necessária problematização de alguns desafios inerentes ao estágio supervisionado em Serviço Social.

Para isso, num primeiro momento, será realizada uma breve exposição de algumas principais diretrizes da Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que será o subsídio para a discussão da temática proposta. Em seguida, será brevemente relatado o histórico do IFES, o Serviço Social e a Assistência Estudantil na instituição, bem como o relato de experiência concomitante à análise da relação entre teoria e prática no estágio supervisionado.

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, E-mail: brunelladavitoriadenedardi@gmail.com.

2. Estágio Supervisionado em Serviço Social

A Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS corresponde ao parâmetro regulamentado dos processos inerentes à mediação teórico-prática do processo de formação profissional através do Estágio Supervisionado em Serviço Social. Cabe ressaltar que, para além disso, a PNE é fruto de um processo de construção coletiva da categoria profissional e reflete a concepção de formação profissional nos moldes do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS), cujos valores e princípios norteadores estão em consonância com aqueles que dizem respeito às Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 2009).

De acordo com a PNE (ABEPSS, 2009:13), além dos princípios e valores do Código de Ética profissional, outros princípios devem nortear o estágio supervisionado em serviço social. Em síntese:

- a) a articulação entre formação e exercício profissional, que contribui para identificação de desafios e demandas no trabalho do assistente social através da interlocução entre estudantes, supervisores acadêmicos e supervisores de campo, além de possibilitar a produção e socialização do conhecimento acerca das expressões da questão social;
- b) a indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e supervisão de campo, o que reflete também na articulação do tripé do ensino, pesquisa e extensão, onde o estágio supervisionado corresponde a uma prática didático-pedagógica de formação profissional;
- c) os três sujeitos componentes: supervisor de campo, supervisor acadêmico e estudante.
- d) a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, e a relação dialética entre teoria e prática que, por sua vez, reflete na inseparabilidade entre formação e exercício profissional.

Num contexto de precarização do trabalho, vários desafios se levantam para a formação profissional. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho ocasionam mudanças na política de educação, sobretudo no contexto do desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo global, onde se insere o Brasil como país subordinado aos ditames da acumulação capitalista financeira.

Ao situar o processo de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no contexto de redemocratização no país, Frigotto (2006,p. 39-40) nos alerta que,

Os aparelhos de hegemonia vinculados ao capital reclamavam mudanças na educação, sob o argumento das mudanças tecnológicas, centrando seu foco, todavia, na concepção de educação polivalente para um trabalhador multifuncional, adaptado, subserviente ao mercado.

É nesse cenário desafiante de precarização do trabalho e, conseqüentemente, da educação, que todos os componentes do estágio supervisionado serão impactados. Não raramente, os estagiários serão componentes de um quadro rotativo de pessoal que necessitaria de recursos humanos permanentes. Tanto os supervisores acadêmicos e de campo, quanto estudantes, terão de realizar a constante ressignificação dos campos de trabalho e a reconstituição crítica das demandas para qualificação da formação profissional atrelada às bases do PEPSS e de toda legislação que rege tanto a profissão, quanto o estágio (ABREU; SANTOS, 2013).

Não obstante, todas essas transformações serão vivenciadas duplamente no contexto de uma instituição pública de educação profissional e tecnológica, isto é, o lugar onde se materializa na vida dos estudantes e servidores públicos o ideário da melhoria de vida via educação perpassado diretamente pela formação profissional voltada à empregabilidade.

3. O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) – *Campus Vitória*

Neste item, falaremos brevemente sobre o histórico do Instituto Federal (IF) desde 1909 e suas diversas nomenclaturas e transformações ao longo do século XX até o ano de 2008, bem como a extensão do IFES contemporaneamente.

Em 1909, com o falecimento do então presidente da República brasileira, Afonso Pena, Nilo Peçanha como vice-presidente assume a presidência do país. Ele assinou o Decreto nº 7.566 de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, datado de 23 de setembro de 1909. Essa ação indica o posicionamento do presidente em relação à educação e capacitação industrial, que, num contexto de crescente urbanização, aponta para a necessidade de profissionalização dos “pobres ociosos” e da carência de mão-de-obra qualificada para a industrialização do país (SUETH et al, 2009).

Em 1918, o decreto 13.064 fixava a idade mínima de 10 anos para matrícula, voltada principalmente para as camadas mais pauperizadas da população, sobretudo a população negra, dado o contexto de pós-abolição da escravatura. Esse decreto de 1918 também trazia algumas definições de como ensino deveria ser gestado dentro das escolas, ou seja, ensino primário, basicamente centrado no ensino da leitura, escrita e desenho e, posteriormente, cada escola deveria definir cinco oficinas de preparação técnica de trabalho

manual e mecânico de acordo com as necessidades industriais de cada região (SUETH et al, 2009).

Em 1937, passou a ser denominada de Liceu Industrial de Artes; em 1942 torna-se a Escola Industrial e Técnica; em 1964, Escola Técnica Federal; em 1999 o Centro Federal de Educação Tecnológica; e em 2009 transformou-se em Instituto de Educação Ciência e tecnologia (SUETH et al, 2009).

No contexto capixaba, em 1942, o Liceu Industrial de Vitória transformava-se na Escola Técnica de Vitória (ETV) em Jucutuquara, como internato e externato, com oficinas, salas de aula, e outras dependências, equipadas para comportar os cursos de Alfaiataria, Artes de Couro, Marcenaria, Serralheria, Mecânicas de Máquinas, Tipografia e Encadernação (SUETH et al, 2009).

Na década de 1960, a ETV começou a oferecer cursos de Aprendizagem Industrial, Ginásio Industrial e Curso Técnico e, através da Lei 4.759, de 20 de agosto de 1965 e da Portaria do MEC 239, de 03 de setembro de 1965, a ETV foi transformada em Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES) (SUETH et al, 2009).

No final do Governo Fernando Henrique Cardoso, com Decreto 2.208/1997, o então presidente do Brasil, seguindo as diretrizes neoliberais, sob orientação dos ajustes fiscais e na perspectiva do retrocesso de direitos, desvincula o ensino técnico do ensino médio, como também proíbe a abertura de novas escolas e, em 1999, transforma a ETFES em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETES). Dessa forma, com a chegada do presidente Lula ao poder, ele teve como primeira ação de destaque a revogação do Decreto 2.208/1997, por meio do Decreto 5.154/2004, ou seja, Lula vincula novamente o ensino técnico ao ensino médio. Assim, o Governo Lula caracteriza-se pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) (MATTOS, 2013).

Em 2008, de acordo com Santos (2013), o Governo Lula transforma o IF em política pública, uma vez que, a partir de então, existe dotação orçamentária e com claros objetivos de melhoria dos indicadores sociais e econômicos locais e nacionais. No entanto, reconhecemos que a conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores (PT) trouxe impactos negativos também em relação à perspectiva de educação politécnica que se construía na década de 1980 e ganhava amplo debate no processo de elaboração da LDB,

que, de acordo com Frigotto (2006), foi abortado mediante ao triunfo do capital internacional e a implementação do neoliberalismo como mecanismo de privatização do Estado.

Todavia, essas ações, baseadas no Plano de Desenvolvimento da Educação e vinculadas a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), impulsionaram o processo de criação dos Institutos de Educação Ciência e tecnologia, um ensino público, gratuito e de qualidade, articulando ensino, pesquisa e extensão, com a ampliação das modalidades de ensino, desde o técnico integrado até a pós-graduação, bem como a modalidade de Ensino à Distância, ou seja, obteve-se também impactos positivos para a classe trabalhadora que antes não adentrava aos espaços meritocráticos de formação profissional, contribuindo para a melhoria dos indicadores sociais de desenvolvimento social e econômico das famílias e das localidades em que se instauram os IF's.

Contemporaneamente, no estado do Espírito Santo, o IFES possui vinte e dois (22) campi, dentre eles: Alegre, Aracruz, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Cefor (Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do IFES), Centro-Serrano, Colatina, Guarapari, Ibatiba, Itapina, Linhares, Montanha, Nova Venécia, Piúma, Santa Teresa, São Mateus, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Velha e Vitória, e possui aproximadamente 36 mil alunos, mais de 100 cursos técnicos, 70 cursos de graduação, 25 especializações e 11 mestrados².

O *Campus* Vitória, por sua vez, tem cerca de 4000 estudantes matriculados, possui 10 cursos técnicos na modalidade de integrado, proeja, subsequente e concomitante; 6 cursos de ensino superior (4 Engenharias e 2 Licenciaturas, sendo 1 ofertada também na modalidade EaD) e 5 programas de pós-graduação³. No geral, o organograma de hierarquias se divide respectivamente em: reitoria, pró-reitorias, diretorias, coordenadorias e setores capilarizados ligado à determinada coordenadoria, de acordo com a área de atuação e público-alvo.

4. Assistência Estudantil no IFES – *Campus* Vitória

O objetivo deste item é situar a Assistência Estudantil no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, mas no marco regulatório do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), bem como trazer o objetivo da atuação profissional do Serviço Social na política supracitada, uma vez que se configura como um espaço de trabalho novo e no contexto da ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais na área da educação (SANTOS, 2013).

² Informações disponíveis em: <<https://www.ifes.edu.br/o-ifes>>

³ Informações disponíveis em: <<https://vitoria.ifes.edu.br/sobre-o-campus?showall=&start=0>>

O PNAES foi instituído no Governo Lula, através da Portaria Normativa, nº 39, de 12 de dezembro de 2007, sendo reformulado através do Decreto 7.234/2010, e constitui-se como um marco histórico para a assistência estudantil, que por sua vez é um dos feitos do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, cujo objetivo é prover o apoio à permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, viabilizando a igualdade de oportunidades e contribuindo para um melhor desempenho acadêmico do estudante, bem como uma forma de prevenção de repetência e evasão de curso decorrentes das condições socioeconômicas do estudante.

De acordo com o PDE, tanto o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) como o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) está dentro das metas de expansão do ensino superior e, de certa forma, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Pois, além de ter como fonte o PNAES para regulamentação da PAE, segundo Otranto e Paiva (2016), a metamorfose lenta e gradual da escola técnica, durante todo o século XX, pavimentou o caminho para criação dos Institutos Federais em 2008, ou seja, a transformação das agrotécnicas desde 1909 colaboram para construir os passos em direção à transformação para Institutos Federais nos anos 2000.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFES é regulamentada pelos princípios norteadores do PNAES. Sendo assim, a PAE tem como objetivo "minimizar as dificuldades encontradas no percurso acadêmico [do corpo discente] a fim de promover a sua formação integral."

São componentes da PAE os programas universais, tais como: Incentivos às atividades culturais e de lazer; Ações educativas e Formação para a Cidadania e Programa de Atenção Biopsicossocial. Além desses, existem os programas específicos, que são classificados como de atenção primária: auxílio alimentação e transporte, material didático e uniforme e auxílio financeiro em casos emergenciais, bem como os programas de atenção secundária, que correspondem às monitorias. Orientada pelas diretrizes do PNAES, a PAE - IFES elabora alguns princípios:

- Equidade no processo de formação acadêmica dos discentes no IFES, sem discriminação de qualquer natureza;
- Formação ampla, visando desenvolvimento integral dos estudantes;
- Interação com as atividades fins da instituição - ensino, pesquisa, produção e extensão;
- Descentralização das ações respeitando a autonomia de cada campus;
- Interdisciplinaridade da política/ da equipe/ das ações.

Nesse sentido, o Serviço Social, apesar de realizar acompanhamento social com alguns estudantes separadamente ou em conjunto com as psicólogas, a esmagadora demanda de trabalho para o assistente social consiste na gestão e seleção dos estudantes para recebimento dos auxílios de permanência estudantil no bojo dos programas de atenção primária, que no *campus* Vitória corresponde ao auxílio alimentação (180,00) e auxílio transporte (meia cartela de passagem ao mês para aqueles que utilizam o sistema de ônibus coletivo da Região Metropolitana da Grande Vitória e até 60% de reembolso do valor gasto com transporte de longa distância, ou seja, estudantes de municípios fora da região metropolitana).

Todavia, é necessário considerar o contexto complexo do *campus* Vitória, por ser o maior do Espírito Santo, dada as características específicas e diversas, quantitativa e qualitativamente dos estudantes, uma vez que seria necessário outra frente de trabalho do Serviço Social em conjunto com a equipe pedagógica, onde pudesse realizar o acompanhamento mais próximo da jornada acadêmica dos estudantes. Entretanto, a demanda por benefícios e o processo seletivo para tal absorve o tempo de trabalho dos assistentes sociais na instituição.

5. Relação Teoria e Prática no Estágio Supervisionado e o Trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil

Neste item, buscamos desenvolver a relação teoria/prática, estágio supervisionado e trabalho do assistente social na PAE, no contexto da maior demanda por serviços desses profissionais, que corresponde ao planejamento e execução do processo de seleção dos estudantes para recebimento dos auxílios de permanência estudantil. Entendo que a mediação orgânica entre teoria e prática é o fio condutor tanto do estágio supervisionado (formação profissional), quanto do trabalho do assistente social (exercício profissional).

Melim (2016, p. 157) aponta como pressuposto a existência de “uma relação dialética entre trabalho e educação”, onde o trabalho é central e determinante nessa relação, uma vez que a contradição entre capital e trabalho e as alterações no mundo do trabalho, mediante as necessidades de intensificação da acumulação de lucros, impacta diretamente no processo de formação profissional dos indivíduos, entendendo educação e formação como componentes de um mesmo processo.

De acordo com Silva (2013, p. 132), “o trabalho humano pressupõe a aprendizagem (...) para a transformação das matérias-primas em valores de uso e a capacidade de idealizar o fim da tarefa antes de sua realização”, através da capacidade teleológica. No entanto, o

trabalho na sociedade capitalista nos moldes da alienação e do não reconhecimento de si mesmo no produto de seu trabalho, a fragmentação do processo de trabalho e o distanciamento entre planejamento e execução, resulta na clássica separação entre trabalho intelectual (complexo) e trabalho manual (simples), que traz algumas consequências para a formação de um sistema dual de ensino (FRIGOTTO, 2006).

As alterações no modo de produção capitalista e seus impactos no mundo do trabalho e da educação justificam o necessário esforço de articulação entre teoria e prática, tendo em vista a existência dos desafios que o cotidiano burocrático das instituições nos coloca. É nesse contexto que se desenvolve tanto o debate da instrumentalidade na formação e exercício profissional do Serviço Social, quanto a criação da Educação Profissional e Tecnológica materializada nos IFETs, ou seja, no fosso existente entre trabalho intelectual e manual, onde a Assistência Estudantil terá outros contornos que se diferenciam do desenvolvimento de tal política do Ensino Superior.

De acordo com Guerra (2017), a dimensão técnico-operativa é a forma de aparecer a profissão, e é essa dimensão que será capaz de materializar o projeto ético-político profissional em intrínseca relação com as dimensões teórico-metodológica e ético-política. O que se pretende dizer é que as escolhas e decisões no espaço de trabalho do/a assistente social dizem respeito à concepção de mundo que se tem à medida em que se vincula a determinada teoria, tendo reflexos, inclusive, sobre a escolha dos instrumentos e técnicas de trabalho. Tomemos como exemplo o campo de estágio:

Ao iniciar o ano letivo, já temos um edital em andamento desde o mês de novembro do ano anterior, isto é, o Edital 05/2018, ou o mais conhecido Edital de Renovação. Essa modalidade de edital entra em vigor no IFES - *Campus* Vitória, no ano de 2015, quando em 2014 é realizado pelos assistentes sociais do setor um estudo e levantamento do perfil socioeconômico dos estudantes atendidos pela Política de Assistência Estudantil (PAE) (que antes de 2015 passariam pelo processo da entrevista duas vezes por ano, durante toda a jornada estudantil), sendo identificado que as condições materiais de vida dos estudantes e de suas famílias não se alterava de maneira significativa o suficiente para não serem mais público-alvo da política. Logo, tornava-se desnecessária a realização de duas entrevistas por ano, que só contribuíam para o fortalecimento da burocratização e um excesso de trabalho para os assistentes sociais.

O Edital de Renovação é simples e requisita ao estudante somente o preenchimento e assinatura de um termo que ateste a sua responsabilidade ao confirmar que suas condições socioeconômicas não se alteraram de forma que o descaracterize como público-alvo da

política, bem como o devido acompanhamento das fases do edital, que se inicia no final do ano letivo e perdurará até o início do ano seguinte, onde será realizada a situação acadêmica do estudante, sendo de maior peso para o deferimento ou indeferimento.

Em concomitância ao Edital de Renovação, temos o Edital do início do ano, voltado para os ingressantes e para aqueles estudantes que ainda não são atendidos pela PAE. Esse edital, por estar recebendo os novos estudantes ou aqueles com os quais os profissionais ainda não tiveram contato, preza pela realização da entrevista como instrumento de trabalho que tem por objetivo a desburocratização da relação entre profissional e usuário (CFESS, 1993), pois não solicitamos entrega de cópias de documentos, as informações contidas neles são anotadas em ficha socioeconômica, os anexos do edital são disponibilizados no setor para que os estudantes não precisem gastar com xerox, de maneira que se estabeleça com o estudante uma relação entre profissional e usuário mais próxima e desburocratizada.

No período do edital, existem algumas etapas a serem acompanhadas pelo estudante, que correspondem também ao trabalho do assistente social nesse processo: a) Divulgação do Edital (redes sociais, murais do IFES e do Serviço Social); b) Agendamento de entrevistas; c) Realização das entrevistas; d) Análise das entrevistas; e) Resultado parcial (redes sociais, murais do IFES e do Serviço Social); f) Período de Recursos; g) Análise dos recursos; h) Resultado Final (redes sociais, murais do IFES e do Serviço Social).⁴

Apesar do cotidiano burocrático da instituição, somado à demanda por benefícios que se expressa pelas necessidades imediatas dos usuários, percebe-se que os profissionais têm conseguido responder criticamente ao que é solicitado, de maneira que a dimensão investigativa e interventiva como uma unidade dialética, bem como a articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, tem sido presentes no fazer profissional dos assistentes sociais na PAE.

Nesse sentido, é possível perceber na realidade concreta do serviço social a retroalimentação do PEPSS, e que as alterações realizadas em seu trabalho através do conhecimento da instituição, do perfil dos usuários e suas famílias, a apropriação dos próprios fundamentos da profissão tem contribuído para qualificação dos serviços prestados, mesmo que num contexto adverso de (des)financiamento das políticas sociais e expropriação do fundo público, através do mecanismo da dívida pública⁵, um cenário de

⁴ Fonte: <https://vitoria.ifes.edu.br/images/stories/Edital_01-2019_Assistencia_Estudantil.pdf>

⁵ Ver Behring (2012), cap. 6: Financeirização, Fundo Público e Política Social: Sob o crivo da crítica marxista da economia política, a autora busca tecer a relação fundo público e política social através da necessidade de rotação do capital portador de juros no arremate dos recursos públicos como

congelamento dos gastos públicos⁶ e o consequente enxugamento do quadro de profissionais efetivos, a precarização de trabalho, tanto para os efetivos com a sobrecarga de trabalho, quanto para os que entram como terceirizados, subcontratados, etc.

Nesse cotidiano submerso em alienação, nos parâmetros da administração capitalista que se materializa na burocracia, no contexto da precarização do trabalho e de cortes orçamentários gigantescos para as políticas sociais é que será inserida a/o estudante de serviço social, cabe a ela/ele fazer as mediações teórico-práticas, utilizar o conhecimento acadêmico adquirido na graduação para intervir criticamente no campo de estágio. Vê-se que não é uma tarefa fácil, mas também não é impossível.

Nesse sentido, Abramides (2003, p. 14 apud ABEPSS, 2009, p. 6) já nos alerta sobre os desafios e a necessidade de não reduzir o estágio supervisionado a eles:

Um dos principais problemas a ser enfrentado na materialização do estágio como processo formativo e da instituição social como possibilitadora desse exercício acadêmico-pedagógico encontra-se no conflito e tensão existentes entre a exigência pedagógica e a determinação do mercado que amplia sua tendência em substituir o processo pedagógico de ensino e aprendizagem concebido como diretriz na formação profissional pelas unidades de ensino, através da solicitação de alunos de 1º e 2º anos letivos para o estágio, sem terem ainda adquirido os conhecimentos teóricos, as habilidades para essa inserção. Essa demanda do mercado não pode sucumbir o projeto formativo de responsabilidade das unidades de ensino, tornando-o refém dos ditames do mercado que impõe a mão-de-obra barata, e a desqualificação (de)formativa ao aluno em sua condição de estudante-trabalhador.

Nesse sentido, o esforço crítico de reflexão sobre os processos didático-pedagógicos que circunscrevem o estágio supervisionado, enquanto uma mediação entre teoria e prática, entre campo de estágio e universidade, na defesa do tripé do ensino, pesquisa e extensão que o aquele deve corresponder a um componente curricular da formação profissional, num curso de ensino superior, que deve ultrapassar as relações mercantis que o envolve, no bojo das condições de trabalho precarizadas das quais falávamos linhas acima.

Obviamente que os desafios e obstáculos se colocam a realização do estágio na concepção supracitada. No entanto, a defesa pela qualidade da formação profissional nunca foi uma escolha fácil de se fazer, sobretudo na lógica de formação profissional para atendimento das demandas do capital.

Além disso, a defesa de uma formação profissional é um posicionamento teórico-metodológico e ético-político, contrário à sociabilidade capitalista e a favor da classe

sustentáculo da esfera financeira utilizando a dívida pública como mecanismo de saque dos recursos, tendo grande impacto na reprodução da classe trabalhadora.

⁶ EC 95/2016, que estabelece um Novo Regime Fiscal, cujo objetivo é limitar somente os gastos das despesas primárias de um exercício ao valor do ano anterior, por um período de 20 anos, contados a partir de 2017. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>

trabalhadora, na perspectiva da retroalimentação do PEPSS, que não se confunde, mas que tem como diretriz um projeto de sociedade, onde seja dominante o trabalho emancipado e a finalidade de tudo seja a satisfação das necessidades dos homens e mulheres livres.

6. Considerações Finais

Ainda que em termos iniciais, a proposta dessa breve exposição é colaborar para o entendimento desse campo de trabalho e estágio do Serviço Social, ainda pouco estudado: os Institutos Federais, mais especificamente e majoritariamente, a inserção dessa profissão na PAE, no contexto da educação profissional e tecnológica. Na realidade do *Campus Vitória* (e de todos os *campus* do Espírito Santo), a PAE é implementada somente a partir de 2012, ou seja, ainda é uma política recente e necessita ser aprofundada em estudo.

É necessário que a categoria profissional, sobretudo os profissionais da Assistência Estudantil, se coloquem a construir coletivamente espaços de debates e deliberações que busquem legitimar essa política, tendo destaque nessa perspectiva, o Seminário Nacional da Assistência Estudantil, realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS – 20ª Região) Mato Grosso, em novembro de 2018, na cidade de Cuiabá.

Sendo assim, durante os três períodos de estágio supervisionado na PAE do Instituto Federal, muitos desafios foram encontrados: desde as problemáticas do financiamento da política até as minúcias do trabalho do assistente social nesse contexto; desde a gestão da PAE, passando pelas elaborações dos editais até as tendências históricas da política de Assistência Social, contornando a PAE no contexto da política educacional; desde o ensino proeja até as formas de ensino-aprendizagem vivenciadas pelos alunos dessa modalidade, entre outros fatores. No entanto, o melhor desenvolvimento dessas questões solicita um estudo mais aprofundado e excede a alçada deste trabalho.

Referências

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss. **Temporalis**, Brasília, ano 1, n. 17, jan./jul. 2009.

ABREU, Maria Helena Elpídio; SANTOS, Cláudia Mônica dos. Desafios do estágio supervisionado na atualidade. In: PEREIRA, Larissa Dahmer. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (orgs.). **Serviço Social e Educação**. p. 75-92. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

BEHRING, Elaine R. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, Evilásio [et..al] (orgs). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 153-180.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Anos 1980 e 1990**: a relação entre o estrutural e o conjuntural e as políticas de educação tecnológica e profissional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.) A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico. p. 25-54. MEC: 2006.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.

IFES. Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo**. Anexo I da Resolução do Conselho Superior nº 19/2011, de 09/05/2011. Vitória, 2011.

MATTOS, Marilucia Santos. **Educação e projetos de desenvolvimento no Brasil**: a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica no início do século XXI. Dissertação. Vitória, 2013.

OTRANTO, Célia Regina; PAIVA, Liz Denize Carvalho. **Contextos Identitários dos Institutos Federais do Brasil**: Implicações da expansão da educação superior. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v. 6 n.16, p.07-20, jan./abr.2016.

SILVA, Lucília Carvalho da. **O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional**: questões para o debate. In: Serviço Social e Educação. PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (orgs) p.131-148. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SUETH, José Cândido Rifan. [et al]. **A Trajetória de 100 Anos dos Eternos Titãs**: Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Vitória, 2009.